Processo TC-035.314/2015-0 (com 16 peças)
Tomada de Contas Especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

A Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul – Secex/MS propõe ao Tribunal, em pareceres uniformes (peças 14/5, grifos no original):

“**a)** com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, ‘a’, c/c os arts. 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e com os arts. 1º, I, 209, I, 210 e 214, III, do Regimento Interno do TCU, sejam julgadas **irregulares** as contas do Sr. Magno Rogério Siqueira Amorim (CPF: 811.389.033-53), Prefeito Municipal de Itapecuru-Mirim/MA, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos referentes ao Termo de Compromisso TC/PAC 857/2009 - Siafi 658367, celebrado com o Município de Itapecuru Mirim/MA, cujo objeto era a construção de 58 Melhorias Sanitárias Domiciliares, no povoado Mata de São Benedito, conforme Plano de Trabalho – Cronograma de Execução, Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso insertos à p. 21-27 da peça 1, com prazo estipulado de 31/12/2009 a 26/12/2014, nos moldes do Primeiro ao Quinto Termo Aditivo ‘de ofício’, que prorrogaram a sua vigência por atraso na liberação dos recursos e por necessidade técnica, considerando-o **em débito** perante o Tribunal, pelos valores originais abaixo indicados, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea ‘a’, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R\$)	Data da Ocorrência
R\$ 165.750,00	02/5/2014
R\$ 165.750,00	18/3/2013

Condutas Irregulares:

Sr. Magno Rogério Siqueira Amorim: omissão no dever de prestar contas dos recursos referentes ao Termo de Compromisso TC/PAC 857/2009 - Siafi 658367, celebrado com o Município de Itapecuru Mirim/MA, cujo objeto era a construção de 58 Melhorias Sanitárias Domiciliares, no povoado Mata de São Benedito, conforme Plano de Trabalho – Cronograma de Execução, Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso insertos à p. 21-27 da peça 1, com prazo estipulado de 31/12/2009 a 26/12/2014, nos moldes do Primeiro ao Quinto Termo Aditivo ‘de ofício’, que prorrogaram a sua vigência por atraso na liberação dos recursos e por necessidade técnica.

b) aplicar ao Sr. Magno Rogério Siqueira Amorim (CPF: 811.389.033-53), Prefeito Municipal de Itapecuru-Mirim/MA, a **multa** prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, ‘a’, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada

monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

c) autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

d) autorizar, desde logo, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-se o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor.”

A citação do sr. Magno Rogério Siqueira Amorim, atual prefeito de Itapecuru Mirim/MA (gestão 2013-2016, peça 1, p. 259), foi promovida nos termos seguintes (peças 5 e 8):

“2. O débito é decorrente em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos referentes ao Termo de Compromisso TC/PAC 857/2009/Registro Siafi 658367, celebrado com o Município de Itapecuru Mirim/MA (p. 7-11 da peça 1), tendo por objeto a construção de 58 Melhorias Sanitárias Domiciliares, no povoado Mata de São Benedito, conforme Plano de Trabalho – Cronograma de Execução, Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso insertos à p. 21-27 da peça 1, com prazo estipulado de 31/12/2009 a 26/12/2014, nos moldes do Primeiro ao Quinto Termo Aditivo ‘de ofício’, que prorrogaram a sua vigência por atraso na liberação dos recursos e por necessidade técnica (p. 85, 91, 107, 125 e 145 da peça 1).

3. A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar, além do julgamento pela irregularidade das contas do responsável, a condenação ao pagamento dos débitos, os quais serão atualizados monetariamente, desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias eventualmente ressarcidas, nos termos da legislação vigente, bem como a imputação de multa prevista nos arts. 57 e 58 da Lei 8.443/1992. O valor total das dívidas atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora até 5/7/2016 corresponde a R\$ 437.563,10.

4. Em caso de não apresentação de resposta no prazo estabelecido, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia, para todos os efeitos, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei 8.443/1992.

5. Para subsidiar a resposta, segue anexa cópia da Instrução Técnica deste processo.

(...)

Débito(s):

R\$ 165.750,00, em 2/5/2014

R\$ 165.750,00, em 18/3/2013.

Valor desta dívida atualizada monetariamente até 5/7/2016: R\$ 409.468,60.”

Com as vênias de estilo e em atenção à oitiva propiciada por Vossa Excelência (peça 16), o Ministério Público de Contas propõe, em preliminar, com fulcro nos artigos 10, § 1º, 11 e 12, inciso II, da Lei 8.443/1992, a renovação da citação do sr. Magno Rogério Siqueira Amorim, a fim de que, adicionalmente à omissão no dever de prestar contas, seja também instado expressamente a apresentar alegações de defesa acerca:

a) da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, pois, nos termos do entendimento adotado no Acórdão 18/2002 – Plenário, “*constitui ônus do responsável, ao ser citado,*

não o simples dever de apresentar documentos como prestação de contas, mas a obrigação concreta e objetiva de comprovar a efetiva e regular aplicação dos recursos repassados, sob pena de ver suas alegações de defesa rejeitadas ou suas contas julgadas irregulares”;

b) das razões que deram causa à omissão no dever de prestar contas (artigo 209, § 4º, do Regimento Interno/TCU).

A esse respeito, a jurisprudência desta Corte tem se orientado no seguinte sentido:

“Caso o responsável não seja instado expressamente, no ofício citatório, a justificar sua omissão no dever de prestar contas, não pode tê-las julgadas irregulares tão somente pela omissão injustificada.” (Acórdão 7.848/2016 - Segunda Câmara, Relator: Vital do Rêgo, e Acórdão 7.495/2015 - Primeira Câmara, Relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira)

“O julgamento pela irregularidade das contas, nos casos em que haja omissão no dever de prestar contas e inexistência de débito, requer a prévia citação do responsável pela omissão e, caso haja a apresentação posterior das contas, não apresente o responsável justificativas para a omissão original (art. 209, § 4º, RITCU).” (Acórdão 663/2015 - Primeira Câmara, Relator: Ministro Benjamin Zymler)

Caso Vossa Excelência não tenha por pertinente a medida saneadora alvitada, o Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com a proposição de mérito oferecida pela unidade técnica (peças 14/5), com os seguintes ajustes e acréscimo no tocante ao encaminhamento alvitado pela Secex/MS (peça 14, item 12):

a) na alínea “a”, incluir, como fundamento da irregularidade das contas do sr. Magno Rogério Siqueira Amorim, a alínea “c” do inciso III do artigo 16 da Lei 8.443/1992;

b) na alínea “d”, alusiva à autorização para o recolhimento parcelado da dívida, excluir a previsão de acréscimo de juros de mora sobre o valor da multa, por falta de amparo legal, a teor do disposto na Lei 8.443/1992:

“59. O débito decorrente de multa aplicada pelo Tribunal de Contas da União nos termos do art. 57 desta Lei, quando pago após o seu vencimento, será atualizado monetariamente na data do efetivo pagamento”.

c) encaminhar cópia da deliberação que sobrevier ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, com fundamento nos artigos 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 e 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU.

Brasília, em 7 de novembro de 2016.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador